

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas	1
Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis individuais e consolidadas de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual da concessão

Veja as Notas 3.2 e 6 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 671.996 mil na controladora e R\$ 1.540.080 mil no consolidado, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão.</p> <p>A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo contratual da concessão inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, conseqüentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.</p> <p>Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual da concessão;(ii) Entendimento do processo e avaliação do desenho dos controles internos relevantes utilizados pela Companhia, no curso da auditoria, relacionados a mensuração do ativo contratual da concessão;(iii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão;(iv) Por meio de base amostral, realizamos a inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício, bem como, análise qualitativa das adições realizadas nos projetos de construção. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

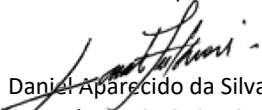
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.854	35.154	66.260	40.824
Investimento curto prazo	5	377	336	377	336
Contas a receber da concessão – Concessionárias e permissionárias		7.324	7.152	11.130	11.186
Ativo contratual da concessão	6	119.512	115.517	203.297	195.391
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		1.001	170	1.975	1.034
Outros tributos compensáveis		49	52	50	53
Dividendos a receber	7	9.029	8.607	3.065	3.190
Outros ativos		1.709	2.513	4.299	4.056
		195.855	169.501	290.453	256.070
Ativo Não Circulante					
Contas a receber da concessão – Concessionárias e permissionárias		9.672	8.257	14.124	12.001
Ativo contratual da concessão	6	552.484	596.780	1.336.783	1.360.129
Outros ativos		457	434	457	434
Investimentos	7	241.161	223.143	95.003	98.761
Imobilizado		1.142	1.195	1.273	1.378
Intangível		6.109	6.922	6.111	6.925
		811.025	836.731	1.453.751	1.479.628
Total do Ativo		1.006.880	1.006.232	1.744.204	1.735.698

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Passivo circulante					
Debêntures	8	19.713	2.167	76.914	52.161
Arrendamento mercantil		162	152	235	221
Fornecedores		2.979	3.071	3.686	4.381
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	8.606	8.085	10.473	9.237
Outros tributos a pagar		6.485	5.693	10.826	9.109
Dividendos a pagar		-	-	5.941	5.395
Provisão para compensação ambiental		6	12	6	12
Encargos regulatórios	10	3.469	3.302	3.910	4.074
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	12	7.948	7.682	16.002	15.360
Outros passivos		1.663	1.552	5.236	4.078
		51.031	31.716	133.229	104.028
Passivo não circulante					
Debêntures	8	109.985	126.581	393.729	452.343
Arrendamento mercantil		25	158	36	229
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	216.077	203.973	364.829	337.354
Provisão para demandas judiciais	13	600	600	600	600
Provisão para compensação ambiental		-	-	395	-
Encargos regulatórios	10	2.487	1.731	3.384	2.303
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	12	37.251	39.686	112.646	113.067
Outros passivos		4.213	4.153	4.570	4.254
		370.638	376.882	880.189	910.150
Total do passivo		421.669	408.598	1.013.418	1.014.178
Patrimônio líquido					
Capital social	14	340.078	340.078	340.078	340.078
Reservas de lucro	14	219.966	192.173	219.966	192.173
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	14	25.167	65.383	25.167	65.383
Total do patrimônio líquido		585.211	597.634	585.211	597.634
Participação de acionistas não controladores		-	-	145.575	123.886
Patrimônio líquido + participação de acionistas não controladores		585.211	597.634	730.786	721.520
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.006.880	1.006.232	1.744.204	1.735.698

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção		72.029	69.914	87.392	84.600
Receita de implementação de infraestrutura		8.241	-	8.241	-
Remuneração do ativo contratual da concessão		68.454	103.007	167.030	200.889
(-) Parcela variável		(61)	(635)	(61)	(1.216)
Receita Operacional Líquida	16	148.663	172.286	262.602	284.273
Custo dos Serviços Prestados					
Pessoal		(3.639)	(3.927)	(5.753)	(6.057)
Material e serviços de terceiros		(3.183)	(4.532)	(3.822)	(5.215)
Outros		(806)	(748)	(1.374)	(1.316)
Custo de implementação de infraestrutura	17	(7.310)	-	(7.310)	-
Lucro Bruto		133.725	163.079	244.343	271.685
(Despesas) Receitas Operacionais					
Pessoal e administradores		(5.913)	(5.317)	(7.085)	(6.416)
Material e serviços de terceiros		(964)	(1.038)	(1.384)	(1.468)
Depreciação e amortização		(229)	(200)	(298)	(259)
Outras		(1.453)	(1.426)	(924)	(1.351)
		(8.559)	(7.981)	(9.691)	(9.494)
Resultado de equivalência patrimonial	7	45.090	43.346	16.999	18.625
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		170.256	198.444	251.651	280.816
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18	6.161	4.110	8.849	6.142
Despesas financeiras	18	(20.768)	(21.099)	(58.432)	(63.704)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		155.649	181.455	202.068	223.254
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(12.265)	(11.897)	(15.333)	(14.100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 19	(12.104)	(19.110)	(27.475)	(34.085)
Lucro líquido do exercício		131.280	150.448	159.260	175.069
Atribuído a acionistas controladores		131.280	150.448	131.280	150.448
Atribuído a acionistas não controladores		-	-	27.980	24.621

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	131.280	150.448	159.260	175.069
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	131.280	150.448	159.260	175.069
Acionistas controladores			131.280	150.448
Acionistas não controladores			27.980	24.621

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	340.078	68.016	98.092	34.848	-	541.034	106.157	647.191
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	-	-	-	(1.248)	(1.248)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(34.848)	-	(34.848)	(252)	(35.100)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	150.448	150.448	24.622	175.070
Destinação proposta à A.G.O.:								
Incentivo fiscal	-	-	26.065	-	(26.065)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(5.393)	(5.393)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(59.000)	(59.000)	-	(59.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	65.383	(65.383)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	340.078	68.016	124.157	65.383	-	597.634	123.886	721.520
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(65.383)	-	(65.383)	-	(65.383)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	-	-	-	(349)	(349)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	131.280	131.280	27.979	159.259
Destinação proposta à A.G.O.:								
Incentivo fiscal	-	-	27.793	-	(27.793)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(5.941)	(5.941)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(78.320)	(78.320)	-	(78.320)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	25.167	(25.167)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	340.078	68.016	151.950	25.167	-	585.211	145.575	730.786

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	155.649	181.455	202.068	223.254
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	229	200	298	259
Equivalência patrimonial	(45.090)	(43.346)	(16.999)	(18.625)
Juros e variação monetária	20.515	20.752	57.926	63.100
Baixa de ativos	-	620	-	620
Provisão para compensação ambiental	(6)	(548)	(6)	(548)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(2.169)	(548)	221	2.127
Outros	753	-	753	-
	129.881	158.585	244.261	270.187
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(1.587)	(1.473)	(2.067)	(2.742)
Ativo contratual da concessão	40.301	8.252	15.440	(19.573)
Impostos a recuperar	(828)	895	(938)	1.087
Outros ativos	779	(13)	(268)	(239)
	38.665	7.661	12.167	(21.467)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(92)	269	(695)	428
Tributos e contribuições sociais a recolher	336	(256)	1.561	781
Encargos regulatórios	62	(472)	140	(365)
Outros passivos	171	300	1.474	845
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(11.288)	(11.909)	(13.941)	(14.841)
	(10.811)	(12.068)	(11.461)	(13.152)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	157.735	154.178	244.967	235.568
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Resgates de investimentos curto prazo	(41)	(28)	(41)	(28)
Recebimento de dividendos	26.650	22.002	20.882	13.987
Aplicações no imobilizado	(114)	(91)	(131)	(107)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	26.495	21.883	20.710	13.852
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de debêntures	30.000	46.719	30.000	46.719
Pagamento de dividendos	(143.703)	(93.848)	(149.447)	(101.831)
Pagamento de juros de debêntures	(18.655)	(22.169)	(54.321)	(56.489)
Pagamento de principal de debêntures	(30.000)	(126.530)	(66.223)	(161.180)
Pagamento de arrendamento mercantil	(172)	(147)	(250)	(218)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	(162.530)	(195.975)	(240.241)	(272.999)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	21.700	(19.914)	25.436	(23.579)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.154	55.068	40.824	64.403
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	56.854	35.154	66.260	40.824
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	21.700	(19.914)	25.436	(23.579)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE” ou “Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala D - São Paulo - SP.

A Companhia é controlada da Alupar Investimento S.A.

A ENTE e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão								
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ENTE	-	085/2002	30	2032	208.097	IGP-M	fev/05	Sim
EDTE (**)	50,10%	15/2016	30	2046	95.157	IPCA	jan/20	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481 de 15/07/2025.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$104.856 para EDTE (vide nota 12).

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ENTE e de sua controlada entende que ao final do prazo de cada concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2026.

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia fez a apresentação do custo e das despesas por natureza.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da ENTE e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas Demonstrações Contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a ENTE e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da ENTE avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. Uma vez adotadas, as margens não se alteram até o final do fluxo de realização.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificarem o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, revisa as receitas que a ENTE e sua controlada tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e sua controlada, que varia entre de 9,01% a.a a 11% a.a; e (ii) atualizado pelo IGP-M ou IPCA.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia e sua controlada dispõem de um percentual de 0,68% de Parcela Variável por indisponibilidade calculados sobre o fluxo de entrada de caixa, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

2.5 Base de consolidação

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas compreendem as Demonstrações Contábeis da ENTE e de sua controlada em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a ENTE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As Demonstrações Contábeis da controlada são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as Demonstrações Contábeis intermediárias individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados (prejuízo) das empresas controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a ENTE detém em 31 de dezembro de 2025:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		2025	2024
EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	50,10%	50,10%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das políticas contábeis materiais

3.1 Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A Companhia e sua controlada classifica juros recebidos decorrentes das aplicações financeiras como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração da ENTE e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a ENTE e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor de recuperável dos ativos.

3.5 Investimentos

Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis individuais (controladora) e consolidadas.

3.6 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.7 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.8 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica "Contribuições e encargos regulatórios diferidos", o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ENTE e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.9.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9.2 Provisões para compensação ambiental

Em função das suas atividades, a Companhia constituiu provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

3.10 Arrendamentos

A ENTE e sua controlada avaliam, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ENTE e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.11 Tributação

3.11.1 Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional (Emenda Constitucional nº 132/2023)

Contextualização

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil, estabelecendo o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) *Dual*. A implementação do novo regime ocorrerá de forma gradual, conforme disciplinado por Leis Complementares específicas já divulgadas, e outras que serão divulgadas ao longo do período de transição previsto na legislação.

Nesse contexto, a Companhia e sua controlada estarão sujeitas à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais conectados ao sistema.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, critérios de repartição das receitas tributárias entre os entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Período de Transição e Exercício de 2026

A partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia passou a integrar a fase de testes do novo sistema tributário, com a aplicação das alíquotas transitórias de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS. As alíquotas definitivas ainda não foram estabelecidas e serão fixadas por Lei Complementar específica ainda não publicada até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação vigente, os valores apurados a título de IBS e CBS não serão financeiramente exigíveis no exercício de 2026 e, por consequência, não haverá impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, há obrigatoriedade de implementação do novo modelo, incluindo adequações relevantes nos sistemas de informação, na emissão de documentos fiscais e no cumprimento de obrigações acessórias, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

Julgamentos, Estimativas e Incertezas

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da Reforma Tributária do consumo, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus potenciais efeitos sobre a formação de

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade inerente ao período de transição, permanecem incertezas relevantes quanto aos impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (IFRS/CPC)

3.11.2 Tributos sobre a receita

As receitas da ENTE e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%.

3.11.3 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e contribuição social da ENTE e da controlada EDTE são calculados pelo regime de lucro real.

A ENTE possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações Contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de tributos (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e sua controlada não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

3.12.1. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e sua controlada ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

3.12.2. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7; aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026);
- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (aplicáveis para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027).

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	55	80	120	187
Aplicações financeiras	56.799	35.074	66.140	40.637
	56.854	35.154	66.260	40.824

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente à certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, 97,51% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (97,04% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Investimentos de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2025 a ENTE possui saldo de R\$377 referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,75% do CDI (R\$336 em 31 de dezembro de 2024 remunerado em média por 98,46% do CDI).

6. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão (saldos acumulados):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	720.549	1.535.947
Receita de operação e manutenção	75.395	91.769
Remuneração do ativo contratual da concessão	111.083	220.214
(-) Parcela variável	(685)	(1.333)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(194.045)	(291.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	712.297	1.555.520
Receita de operação e manutenção	77.918	95.051
Remuneração do ativo contratual da concessão	74.094	184.030
Receita de implementação de infraestrutura	8.920	8.920
(-) Parcela variável	(66)	(66)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(201.167)	(303.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	671.996	1.540.080
Ativo contratual da concessão – circulante	119.512	203.297
Ativo contratual da concessão - não circulante	552.484	1.336.783
Total circulante e não circulante	671.996	1.540.080

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ENTE e sua

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

controlada consideram que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Investimentos

- a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora			
	EDTE	STC	ERTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.584	36.164	61.147	203.895
Resultado de equivalência patrimonial	24.721	5.864	12.761	43.346
Dividendos declarados	(6.923)	(4.671)	(12.504)	(24.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	124.382	37.357	61.404	223.143
Resultado de equivalência patrimonial	28.091	4.739	12.260	45.090
Dividendos declarados	(6.315)	(7.084)	(13.673)	(27.072)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	146.158	35.012	59.991	241.161

A ENTE reconhece, nas Demonstrações Contábeis individuais, os investimentos em controlada por meio do método de equivalência patrimonial.

- b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Controlada	Coligadas	
	EDTE	STC	ERTE
Dados das companhias:			
Total do ativo	893.325	213.443	193.235
Total do passivo	601.592	23.678	35.435
Patrimônio líquido	291.733	189.765	157.800
Receita líquida	113.939	30.803	39.706
Lucro líquido	56.070	25.686	32.250
Quantidade de ações	1.218.126	25.686.000	84.133.970
Participação da ENTE:			
Quantidade de ações	610.282	4.739.128	31.984.573
no capital social	50,10%	18,45%	38,02%
no resultado	28.091	4.739	12.260
no patrimônio líquido	146.158	35.012	59.991

Em 31 de dezembro de 2025 a Controladora possui saldo de dividendos a receber em R\$ 9.029 (R\$ 8.607 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes da destinação de cada exercício. A expectativa de recebimento destes montantes é até o final do exercício de 2026.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Debêntures

	Controladora					Consolidado				
	31/12/2025				31/12/2024	31/12/2025				31/12/2024
	Circulante		Não Circulante		Total	Circulante		Não Circulante		Total
	Encargos	Principal	Principal	Total		Encargos	Principal	Principal	Total	
Debêntures 2ª emissão	-	-	-	-	-	19.834	37.367	283.744	340.945	375.756
Debêntures 5ª emissão	-	2	3	5	30.427	-	2	3	5	30.427
Debêntures 6ª emissão	495	16.598	33.258	50.351	50.207	495	16.598	33.258	50.351	50.207
Debêntures 7ª emissão	2.084	(59)	46.846	48.871	48.114	2.084	(59)	46.846	48.871	48.114
Debêntures 8ª emissão	622	(29)	29.878	30.471	-	622	(29)	29.878	30.471	-
	3.201	16.512	109.985	129.698	128.748	23.035	53.879	393.729	470.643	504.504

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures da ENTE e sua controlada:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.		Periodicidade da amortização	
Indexador	Juros (%)				Principal	Encargos		
Debêntures 2ª emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	5,29%	Semestral	Semestral
Debêntures 6ª emissão	ENTE	dez/23	dez/28	50.000	CDI	1,65%	3º, 4º e 5º ano	Mensal
Debêntures 7ª emissão	ENTE	set/24	set/29	47.000	CDI	0,89%	4º e 5º ano	Semestral
Debêntures 8ª emissão	ENTE	nov/25	nov/30	30.000	CDI	0,47%	4º e 5º ano	Semestral

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

<u>Limite da dívida líquida em 31 de dezembro de 2025 (*)</u>	<u>ENTE</u>
Debêntures 6ª emissão	885.784
Debêntures 7ª emissão	885.784
Debêntures 8ª emissão	885.784

(*) A Administração da ENTE e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas as cláusulas de covenants definidas em contrato.

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2027	16.522	55.924
2028	32.212	276.554
2029	46.266	46.266
2030	14.985	14.985
	<u>109.985</u>	<u>393.729</u>

A movimentação do saldo é conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	210.393	613.016
Ingresso de dívidas	46.719	46.719
Juros e variação monetária	20.335	62.438
Amortização do principal e dos juros	(148.699)	(217.669)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	128.748	504.504
Ingresso de dívidas	30.000	30.000
Juros e variação monetária	19.605	56.683
Amortização do principal e dos juros	(48.655)	(120.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	129.698	470.643

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures.

9. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	68	(90)	100	(90)
Contribuição social - CSLL	8.538	8.175	10.373	9.327
	<u>8.606</u>	<u>8.085</u>	<u>10.473</u>	<u>9.237</u>

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Encargos regulatórios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	4.298	4.280	5.502	5.512
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.300	490	1.300	490
Taxa de fiscalização - ANEEL	358	263	492	375
	5.956	5.033	7.294	6.377
Passivo circulante	3.469	3.302	3.910	4.074
Passivo não circulante	2.487	1.731	3.384	2.303

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a ICPC 01 (R1) - Interpretação Contratos de Concessão, OCPC 05 - Orientação Contratos de Concessão e CPC 06 (R2) - Arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora				
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2024	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Ativo fiscal diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	(8)	(5)	(13)	1	(12)
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.388)	625	(9.763)	597	(9.166)
Subtotal	(10.396)	620	(9.776)	598	(9.178)
Passivo fiscal diferido					
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	195.259	18.490	213.749	11.506	225.255
Subtotal	195.259	18.490	213.749	11.506	225.255
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	184.863	19.110	203.973	12.104	216.077

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Consolidado				
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2024	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Ativo fiscal diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	(11)	(7)	(18)	2	(16)
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(10.388)	625	(9.763)	597	(9.166)
Subtotal	(10.399)	618	(9.781)	599	(9.182)
Passivo fiscal diferido					
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	238.124	28.845	266.969	23.338	290.307
IRPJ e CSLL diferidos	75.544	4.622	80.166	-	80.166
Outros itens	-	-	-	3.538	3.538
Subtotal	313.668	33.467	347.135	26.876	374.011
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	303.269	34.085	337.354	27.475	364.829

12. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS diferidos (*)	25.038	26.000	105.336	103.998
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	17.472	18.519	17.472	18.519
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	2.689	2.849	5.840	5.910
	45.199	47.368	128.648	128.427
Passivo circulante	7.948	7.682	16.002	15.360
Passivo não circulante	37.251	39.686	112.646	113.067

(*) A Lei Complementar nº 214/2025 instituiu a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estabelecendo o período de transição para substituição do PIS e da COFINS, com início em 1º de janeiro de 2026 e implementação gradativa conforme cronograma legal. Considerando que a Companhia possui saldos de PIS e COFINS diferidos cuja realização ultrapassa o exercício de 2026, e cujas reversões ocorrerão majoritariamente após o período de extinção desses tributos, previsto para 2027, tais passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera aplicar no período em que o passivo for liquidado, com base nas taxas que tenham sido substantivamente aprovadas até a data do balanço.

Embora a base constitucional para a extinção do PIS e da COFINS tenha sido estabelecida, a Companhia avalia que a mensuração dos efeitos contábeis de forma fidedigna ainda depende da conclusão da regulamentação infraconstitucional, por meio das respectivas Leis Complementares.

Especificamente para o setor de transmissão de energia elétrica, o regime de diferimento da CBS e do IBS, bem como as alíquotas aplicáveis que impactarão o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, ainda estão sob definição regulatória. Dessa forma, a Administração da Companhia entende que a aprovação substantiva, para fins de mensuração contábil em seu cenário específico, deverá ser alcançada ao longo do exercício de 2026, momento em que procederá ao recálculo e aos registros contábeis correspondentes, inclusive com o ajuste no Ativo Contratual, de modo a refletir a neutralidade regulatória esperada.

13. Provisões para demandas judiciais

Perda provável

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante de R\$600 registrado na controladora e no consolidado refere-se à uma causa trabalhista.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Perda possível

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não possuíam demandas judiciais classificadas como perda "possível".

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$340.078, representado por 100.840.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	50.431.150	50,01%	50,01%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	50.408.850	49,99%	49,99%
	100.840.000	100,00%	100,00%

14.2. Reservas de lucros

14.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, e já atingiu o limite de 20% do capital social integralizado. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$68.016. A Companhia não realizou constituição de reserva legal, pois atingiu o limite de 20% do capital social integralizado.

14.2.2 Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a ENTE formalizou pedido junto à SUDAM e obteve deferimento da redução do imposto de renda em 75%. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$151.950 (R\$124.157 em 31 de dezembro de 2024).

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.3 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ENTE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	131.280	150.448
Incentivo fiscal	(27.793)	(26.065)
Base de cálculo de dividendos	103.487	124.383
Dividendos intermediários	(78.320)	(59.000)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(25.167)	(65.383)
Saldo de lucros acumulados	-	-

Em 2025 e 2024, os dividendos intermediários distribuídos superaram o valor do dividendo mínimo obrigatório. Desta forma, não houve a necessidade de destinação adicional para essa rubrica ao final dos exercícios.

15. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$2.768 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.566 em 31 de dezembro de 2024), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2025, a ENTE não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	160.910	185.793	287.979	310.650
Receita de operação e manutenção	77.962	75.395	95.095	91.769
Receita de implementação de infraestrutura	8.920	-	8.920	-
Remuneração do ativo contratual da concessão	74.094	111.083	184.030	220.214
(-) Parcela variável	(66)	(685)	(66)	(1.333)
Deduções da receita operacional	(12.247)	(13.507)	(25.377)	(26.377)
PIS	(1.138)	(1.208)	(3.235)	(3.268)
COFINS	(5.250)	(5.575)	(14.907)	(15.064)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(3.348)	(4.181)	(3.348)	(4.181)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.868)	(1.800)	(2.783)	(2.668)
Taxa. de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(643)	(743)	(1.104)	(1.196)
Receita operacional líquida	148.663	172.286	262.602	284.273

17. Custo de implementação da infraestrutura

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(646)	-
Serviços de terceiros	(157)	-
Adiantamento a fornecedores	(6.498)	-
Outros	(9)	-
	(7.310)	-

18. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	6.161	4.110	8.849	6.142
Receita de aplicações financeiras	6.007	4.031	8.582	5.928
Juros ativos	45	55	65	78
Outras receitas financeiras	109	24	202	136
Despesas financeiras	(20.768)	(21.099)	(58.432)	(63.704)
Encargos sobre debêntures e empréstimos	(19.605)	(20.335)	(56.683)	(62.438)
Encargos sobre arrendamento mercantil	(49)	(33)	(71)	(52)
Variação monetária	(861)	(383)	(1.172)	(608)
Outras despesas financeiras	(253)	(348)	(506)	(606)
Resultado financeiro líquido	(14.607)	(16.989)	(49.583)	(57.562)

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	155.650	181.454
Alíquota fiscal	34%	34%
	52.921	61.694
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	51.721	50.713
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(65.758)	(63.140)
Equivalência patrimonial	(15.331)	(14.738)
Despesas e provisões indedutíveis	531	371
IFRS 15 O&M e pis-cofins-rgr+taxa	18.592	5.656
Outras	(25)	(23)
	42.651	40.533
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	12.104	19.110
Incentivo Fiscal	(27.794)	(26.064)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	(1.324)	(1.246)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(1.325)	(1.325)
Outros	56	-
	24.369	31.007
Imposto de renda e contribuição social no resultado	24.369	31.007
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.265)	(11.897)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.104)	(19.110)
Taxa efetiva	15,66%	17,09%

20. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a ENTE e sua controlada não tiveram contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias é classificado como pelo custo amortizado.
- Debêntures e arrendamentos, líquidos dos custos a amortizar e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

b) Hierarquia do valor justo

A ENTE e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ENTE e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo como nível II.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ENTE e da sua controlada podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a ENTE e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.730 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ENTE mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- *Risco de preço* - as receitas da ENTE e sua controlada são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M enquanto a controlada EDTE é reajustada pela variação do IPCA;
- *Risco de taxas de juros* - a atualização dos contratos de debêntures está vinculada à variação do CDI;
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da ENTE e sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da Companhia e das suas controladas não consideram relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

21. Benefícios a empregados

A ENTE e sua controlada, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.

22. Compromissos assumidos

A ENTE mantém contratos com fornecedores no montante de R\$95.980 para implantação do projeto de melhoria de grande porte referente à substituição dos Banco de Capacitores de Série. Essas melhorias são necessárias para a manutenção da prestação do serviço de transmissão, visando o melhor atendimento ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

Angelo Piovezan
Contador – CRC 1SP293614